

BUSTAMANTE,
Enrique.

*Radio y
televisión en
España:
Historia de
una
asignatura
pendiente de
la democracia.*

Barcelona:
Ed. Gedisa,
2006

Democracia e radiodifusão: dependência global?

Suzy dos Santos

Em maio deste ano, o governo brasileiro organizou, através de parceria entre o Ministério da Cultura e a Casa Civil, o I Fórum Nacional de TVs Públicas, com a intenção de aprofundar o debate acerca das questões relativas à radiodifusão pública no Brasil. As discussões foram pautadas por um diagnóstico do setor e pelos relatórios de análise de oito Grupos Temáticos de Trabalho compostos por 95 especialistas representantes do governo federal, da sociedade civil e dos produtores de televisão pública. Chamou atenção o fato de que, entre os especialistas, figurassem apenas dois professores de comunicação, um deles aposentado. Isto pode ser explicado pela falta de uma tradição de estudos brasileiros sobre as políticas públicas de comunicação e pela visibilidade marginal do debate sobre comunicação como serviço público fundamental ao exercício da cidadania. Neste carente contexto, o 24º volume da coleção *Estúdios de Televisión*, intitulado *Radio y televisión en España: Historia de una asignatura pendiente de la democracia*, de Enrique Bustamante, constitui importante embasamento para a reflexão nacional.

Lançado pela Gedisa Editorial em setembro de 2006, no ano do cinquentenário da televisão espanhola, o livro refuta já na introdução boa parte das análises que oportunamente aparecem nas datas comemorativas. Esclarecendo a intenção de afastar-se das “obras anedóticas de personagens da telinha, de frívolos *best-sellers* de bancas de revistas e de autênticos ‘ajustes de contas’ entre beneficiários de uma época que se sentiram danificados na época seguinte” (p. 11, tradução minha), Bustamante apresenta uma história da radiodifusão espanhola que vai além da burocrática listagem de datas, nomes, leis e decretos. A história da mídia de uma sociedade é parte indissolúvel da vida política, econômica e cultural dessa sociedade. Seguindo esta opção metodológica, o livro se distancia também de boa parte das análises acríicas que poluíram o ambiente comunicacional nas últimas duas décadas, centrando a linha evolutiva dos meios de comunicação num papel determinante da tecnologia *per se*, ignorando os processos de acumulação e as relações de poder socialmente constituídas.

Dividida em cinco blocos, a reflexão avança pela construção histórico-contextual no franquismo com a criação e estruturação da Radiotelevisión Española, RTVE, nascida, em meados do século passado, para representar o modelo autoritário e unificar o debate público. A opção por um modelo híbrido de radiodifusão que, apesar da propriedade estatal dos meios, era financiado por publicidade em lugar dos impostos, como

ocorria em outros países do continente europeu, revela mais semelhança com a realidade latino-americana que com a europeia. Posteriormente, a obra traça um paralelo entre a decadência do franquismo e a crise da RTVE, nos anos 1970; analisa a tentativa democrática de constituir um serviço público espanhol seguida das transformações advindas da chegada da televisão privada, nos anos 1980; da aparição das televisões autónomas locais e regionais, nos anos 1990; e da entrada do serviço por assinatura e do processo de digitalização, do início dos anos 2000.

A divisão dos capítulos por período governamental é concomitante com uma detalhada observação das estruturas de gestão e de poder, dos mecanismos de financiamento e das políticas de conteúdo que facilita a compreensão dos interesses que pautaram a sociedade espanhola. É interessante acompanhar os reflexos do contexto internacional numa radiodifusão que é inaugurada com finalidades puramente políticas, passa por uma fase cultural e vem se transformando em uma radiodifusão essencialmente econômica nas últimas décadas.

Radio y Televisión en España se destaca por sua visão propositiva. É louvável o exemplo de filiação do pesquisador à necessidade de participação ativa no processo social de construção dos seus objetos de pesquisa. A Espanha é berço de importantes pesquisadores da comunicação como, por exemplo, Marcial Murciano, Daniel Jones, Miquel de Moragas Spa e Ramón Zallo. Neste ambiente, Enrique Bustamante atingiu *status* de primeira grandeza. A trajetória deste professor, titular da cátedra de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Universidad Complutense de Madrid, ratifica a importância desta obra.

Bustamante fundou a principal revista acadêmica em língua espanhola da área, *Telos: Cuadernos de Tecnología, Comunicación y Sociedad* (Fundesco); atuou como jornalista na revista de oposição ao franquismo *Cuadernos para el Diálogo* (1975-1978); militou nas diretorias da Associação de Imprensa de Madrid, do Sindicato dos Jornalistas e do Clube Internacional de Imprensa; foi titular da cátedra Unesco de Comunicação Internacional das universidades Stendhal de Grenòble e Lyon II (1997-1998), secretário geral e vice-reitor da Universidade Internacional Menéndez-Pelayo (1993-1997), e diretor do Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade I da Universidad Complutense de Madrid (1989-1993). Desde o início dos anos 1980, publicou uma dúzia de livros, alguns com edições francesas, brasileiras e italianas, e diversos artigos em periódicos especializados.

Entre 2004 e 2005, Bustamante foi nomeado pelo governo de José Luís Rodríguez Zapatero um dos membros titulares do Conselho para a Reforma dos Meios de Comunicação de Titularidade do Estado. Este conselho é parte da forma de governança que tem se destacado por basear-

se em princípios técnicos. Usualmente são compostos por grupos de especialistas ou consultores de competência socialmente reconhecida, que representam uma ferramenta de ampliação do controle social no jogo regulatório dos meios de comunicação. Estes conselhos de especialistas se diferenciam das entidades diretamente vinculadas à regulação do setor privado frente ao interesse público, como é o caso da FCC estadunidense ou da Anatel brasileira. Distanciam-se também das idéias de *laissez faire* de uma governança baseada num ambiente de competição privada no qual as opções tecnológicas, administrativas e de investimento seriam tomadas com a função de estruturar a distribuição dos recursos. E, por fim, distanciam-se da forma de governança corporativista, que privilegia grupos de indivíduos que representam componentes específicos no jogo de forças em questão, como, por exemplo, representações sindicais, dos consumidores, dos produtores ou dos diferentes negócios que compõem o setor.

A defesa do fortalecimento da lógica pública na gestão dos novos serviços de informação e na oferta de conteúdo audiovisual, transparente nos dois últimos capítulos do livro, funciona como comprovação da hipótese central da análise que vincula o grau de democracia da sociedade espanhola ao grau de democratização dos meios de comunicação. Para Bustamante, a grande dívida pendente da democracia espanhola com a radiodifusão está na criação de redes universalizadas de acesso coletivo e individual às comunicações digitais. Comparando a realidade espanhola com outras realidades européias, como a inglesa, a francesa e a italiana, o autor chama atenção para o fato de que as nações com serviços públicos de radiodifusão mais arraigados e protegidos são aquelas que têm sido mais ativas na conversão destes veículos em locomotores da transição digital. Enquanto, inversamente, os países com maior debilidade gerencial ou econômica no sistema público estão também se tornando os mais atrasados na corrida digital. Nas palavras do autor, “parece notória a incapacidade de muitos governos das mais diversas ideologias para imaginar um cenário alternativo de sistemas da informação, em cujo acesso tenha um papel relevante o serviço público, não apenas em oferta audiovisual como também nos novos serviços e na Internet” (p. 266, tradução minha).

Mais do que um texto específico sobre a história da RTVE, o presente livro, por sua observação macroestrutural do universo das tecnologias de comunicação e informação, é relevante ferramenta para a observação da realidade brasileira recente, na qual a noção de serviço público raramente esteve condicionada aos serviços de radiodifusão e o processo de digitalização dos meios acontece alijado do debate sobre rádio e televisão pública. É também ilustrativo manancial para o entendimento das estratégias globais de circulação econômica que impulsionaram a expansão de companhias como a Telefônica de Espanha na América Latina.

Por fim, o livro é útil instrumento comparativo. A complexa situação brasileira gerou um modelo de convergência tecnológica que separou em divergentes campos o mercado de radiodifusão, o mercado de telecomunicações e o direito ao acesso universal à informação e à comunicação. De forma semelhante ao processo espanhol, o Brasil também está agora buscando conselhos de especialistas para apresentar propostas ao modelo público nacional de radiodifusão. De forma distinta da composição do Conselho para a Reforma dos Meios de Comunicação de Titularidade do Estado, majoritariamente catedráticos com altíssimo nível de especialização nas análises de políticas públicas de comunicação, assessores do governo sinalizaram, no início de agosto de 2007, a possibilidade de composição do conselho de notáveis para a televisão pública brasileira com artistas como Jorge Furtado, Leci Brandão e MV Bill.¹ Como diria Bustamante, se observasse este episódio, as estruturas que condicionam a evolução deste modelo de “convergência divergente” são intrínsecas à compreensão da evolução da democracia no Brasil.

NOTA

1 INTERVOZES. Entidades questionam modelo de gestão da TV pública. *Notícias*. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/noticias/entidades-questionam-modelo-de-gestao-da-tv-publica>, acessado em 7/08/2007.

SUZY DOS SANTOS é professora da ECO/UFRJ e uma das editoras da Revista *ECO-PÓS*.